

Avaliação por pares: pareceres lúcidos e comentários cegos

Peer review: lucid opinions and blind comments

JOÃO ANZANELLO CARRASCOZA^a

Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

O campo acadêmico exige que os estudiosos realizem, em seus programas de pós-graduação stricto sensu, pesquisas individuais ou coletivas e as apresentem em periódicos oficialmente ativos. Estes, regidos pelos rigores da academia, seguem premissas semelhantes nas avaliações dos artigos submetidos, entre as quais a *double-blind peer review*. Apoiado na metodologia de retextualização — que possibilita discutir textos de um âmbito (o científico) por meio de textos de outra esfera (a literária, no caso) —, o presente artigo enseja uma reflexão, a partir do romance *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, acerca da insuficiência dos pareceres e da idiosincrasia dos pareceristas.

Palavras-chave: Pesquisa acadêmica, periódicos científicos, processo de avaliação, retextualização.

ABSTRACT

The academic field requires scholars to carry out, in their stricto sensu postgraduate programs, individual or collective research, and present it in officially active journals. These, governed by the rigors of academia, follow similar premises in the evaluation of submitted articles, including double-blind peer review. Supported by the methodology of retextualization—which makes it possible to discuss texts from one sphere (the scientific) through texts from another sphere (the literary, in this case)—, this article gives rise to a reflection, based on the novel *Ensaio sobre a cegueira*, by José Saramago, about the insufficiency of opinions and the idiosyncrasy of reviewers.

Keywords: Academic research, scientific journals, evaluation process, retextualization.

^a Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde fez mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação. É docente também do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas do Consumo da ESPM-SP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0279-2120>. E-mail: jcarrascoza@espm.br.

O AUTOR, OS RISCOS E O RECADO PARA OS PARECERISTAS

O AUTOR DESTE ARTIGO, pesquisador de um dos programas de pós-graduação em Comunicação do País, sabe bem dos riscos que corre ao apresentar um texto dessa natureza, que se propõe a discutir questões relacionadas ao processo de avaliação de artigos em periódicos de seu campo, valendo-se, de saída, de uma focalização narrativa que o posiciona, por toda a sua escrita, não como Ele ou Nós, mas como o Autor, numa escolha consciente, que se espalha também pela forma de modelar, desde já, sua proposta de discussão.

Nesse aspecto, não sairá tanto dos parâmetros aceitáveis do padrão que rege (e, igualmente, encarcera) os artigos acadêmicos, como é o caso, menos desviante, debatido por Grave et al. (2023), em “O uso de cartas na apresentação de pesquisa científica como possibilidade de insubordinar-se criativamente”, ou de exemplos mais ousados, como o de Carrascoza (2016), em âmbito nacional, com sua “Suíte acadêmica — Apontamentos poéticos para elaboração de projetos de pesquisa em Comunicação”, texto em que os itens de projetos de pesquisa em Comunicação foram conceituados por meio de uma linguagem de alta voltagem lírica, razão pela qual foi hostilizado ferozmente por alguns de seus pares e defendido com o mesmo fervor por outros. Ou, expandindo para a comunidade internacional, o exemplo da pesquisadora Barbara Adam (2018), da Cardiff University (UK), que publicou na revista *Time & Society* o artigo “*Four meditations on time and future relations*”, no formato de caligramas (poemas visuais) — o que gerou, como era de se esperar, protestos da comunidade acadêmica, em especial dos puristas. Casos desses, de anomia, conceito proposto por Durkheim (2010), são raros, mas não se avança em nenhum segmento do saber se, ocasionalmente, não se questionar a rigidez dos padrões. Apesar de não adotar um desenho para sua escrita explicitamente disruptivo, a fim de não incomodar, logo à entrada, os Pareceristas — estratégia inicial para reduzir a chance de reprovação de seu artigo (de certa forma, submetido à coação do próprio modelo acadêmico) —, o Autor, com digressões e investimentos em recursos metalinguísticos, não ignora que caminhará em terreno perigoso, embora não em campo minado, nem na via inteiramente pavimentada das diretrizes desta revista.

A metodologia que o guiará está centrada na retextualização (Bettetini, 1996) — maneira pela qual é possível discutir um assunto do domínio científico — o processo de avaliação de artigos submetidos a periódicos — a partir do texto de outro domínio, neste caso o literário — precisamente a obra ficcional *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago.

CURTA JORNADA PELO ASSUNTO ADENTRO

Dos mais expressivos romances de Saramago, *Ensaio sobre a cegueira* foi lançado originalmente em 1995 e tange uma história aflitiva, eivada de violência e terror, centrada numa epidemia de cegueira que começa, pela narrativa, com um homem numa cidade, diante de um semáforo, quando, de repente, perde a visão e grita desesperado, passando a enxergar tudo branco. Levado de imediato por sua mulher a um oftalmologista, este não encontra uma causa capaz de explicar a inesperada e dramática mudança, precisa estudar a fundo o caso, o que não será possível, porque, em tempo brevíssimo, outras pessoas vão cegando, inclusive o próprio médico, e o mal se espalha pelo mundo, lembrando inevitavelmente a este Autor e a seus Pareceristas a pandemia de covid-19, que atingiu a humanidade, em todos os pontos do planeta, mais de um quarto de século depois da publicação da obra citada. Não tarda para que o governo, como providência para ceifar o mal, encarcera os cegos em prédios, e para um desses espaços a mulher do oftalmologista (fingindo-se de cega para acompanhar o marido) é levada — e ela, então, passa a ter o protagonismo na história: sem explicação, permanece invulnerável à doença, testemunha ocular, e solitária, do caos que se instalará dentro dos limites — e também fora — das quatro paredes em que se desenvolve, em sua maior parte, a trama do livro.

A condição da protagonista, a única que não perde a visão, em contraposição a todos os demais personagens cegos, impulsiona o Autor a pontuar sua similaridade com o processo de revisão por pares da comunidade científica, precisamente o intitulado *single-blind peer review*, no qual os pareceristas (também denominados revisores) conhecem o autor do texto em análise, mas o autor desconhece quem o avalia. A mulher do médico está na posição de parecerista (ela vê os movimentos dos cegos) e os cegos estão, em analogia, no lugar do autor (que não sabe quem o vê). Cumpre, portanto, mencionar que a submissão de artigos em congressos na área de Comunicação, até mesmo alguns de dimensão internacional, adota essa forma de revisão. O autor não sabe quem o avalia, mas o parecerista sabe quem é o autor do texto a revisar, a instituição à qual pertence, o programa de pós-graduação em que atua (por vezes até a nota quadrienal dada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes]), alguns de seus dados bibliográficos e outras métricas que, de posse de seu nome, é possível e fácil buscar na Plataforma Lattes. O autor pode pressupor que o próprio coordenador do grupo de trabalho para o qual enviou seu artigo é o (ou um) parecerista, mas não tem como comprovar. O que inquieta o Autor é que, à semelhança de outros campos, a esfera acadêmica é uma arena de conflitos, na qual o acesso às chamadas “informações privilegiadas” pode resultar em benefícios para uns e malefícios para outros.

Não por acaso, esse modelo, na prática, é um dos elementos-chave do sistema de produção das revistas predatórias, que oferecem, conforme investigação do Autor, referendada pela pesquisa de Andrade et al. (2023), a aprovação quase imediata de artigos, mediante um processo de avaliação falso, pois, em verdade, os revisores sabem quem é o autor (que paga pela publicação) do texto, o que resulta em indiscutível enfraquecimento do fazer científico.

Por esse motivo, é, obviamente, que a *double-blind peer review*, a avaliação por pares duplo-cego (o autor não conhece a identidade dos pareceristas e vice-versa), tornou-se diretriz incontornável das revistas acadêmicas, ao reduzir a possibilidade de parcialidade na análise, em virtude de conflito de interesses, da subjetividade e mesmo de razões pessoais e profissionais dos pareceristas, uma vez que as disputas intestinas são uma realidade no círculo da ciência (e em todos os demais). Manter a confidencialidade de gênero, raça e filiação de um autor é essencial para evitar juízos pautados pela regra dominante ou pela reputação do autor. Somente o editor, nessa modalidade avaliadora, sabe quem é o autor e os pareceristas e, valendo-se das palavras de Saramago (1995), o Autor afirma, com convicção, que é da alçada do editor “a responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam” (p. 315).

Tendo sido o Autor também, noutros tempos, editor de periódico científico — e aqui os pareceristas deste texto são convocados a refletir em silêncio, de *per si*, ou em colegiado, sobre a sua dupla condição (autor-parceirista e parceirista-editor) —, não hesita em dizer que arbitrou divergências de ambos os lados: autores reclamando de pareceres indolentes e preconceituosos, e revisores (não remunerados, como se sabe) protestando pelo prazo curto que lhes foi concedido e pela retomada do trabalho numa segunda leitura, em virtude das alterações que solicitaram. Enfim, nas precisas palavras do narrador de *Ensaio sobre a cegueira*: “o sol não nasce ao mesmo tempo para todos os cegos, muitas vezes depende da finura do ouvido de cada um” (Saramago, 1995, p. 195). Sob essa óptica, cabe ao Autor, pela sua longa vivência como editor, recordar também que, apesar da lisura nos processos de avaliação dos periódicos sérios, por vezes, na busca pela internacionalização e melhor posicionamento no ranking, editores convidam “veladamente” pesquisadores estrangeiros a encaminharem artigos — e, sabe-se, estes, se não estão previamente aprovados, passarão apenas por uma revisão simples, em geral para adequá-los às normas das revistas. Em tais casos, temos uma *single-blind peer review* falsa, em nome da distinção e do prestígio do autor então convidado. Seria uma prática exercida às escuras, ou tolerada como um traço silencioso, no campo acadêmico, do *habitus*, conceito de Bourdieu (2007), a saber e a recordar:

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, que dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras. (p. XLI)

Mesmo sendo realidade que se vê, mas não é verbalizada, como o faz a mulher do médico no romance (ela vê, mas, às vezes, gostaria também de não ver, igual aos cegos), o editor está sempre no entremeio do processo, e é sua atribuição, evidentemente em acordo com os membros da comissão editorial de seu veículo, manter ou limitar essa forma de contribuição. Ou o editor seria, como a mulher do médico a certa altura se autodefine, “o mais cego de todos” (Saramago, 1995, p. 188).

PARECERES: ENTRE OS VISIONÁRIOS E OS ANACRÔNICOS, OS ACEITÁVEIS

É fato reconhecido que há uma forte disputa entre os estudiosos e seus programas de pós-graduação por recursos para suas pesquisas frente a uma limitada oferta das agências de fomento públicas. Castiel e Sanz-Valero (2007), no artigo “Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?”, apontam com clareza a situação, que não só persiste como se intensificou nos últimos tempos:

Um dos requisitos para aceder aos financiamentos é a demonstração da produtividade dos grupos de pesquisa, sobretudo em termos de publicação nos veículos acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos. Assim, a competição se estende à luta ferrenha entre artigos que buscam a ocupação de espaços editoriais — o escoadouro almejado para os resultados dos esforços investigativos, mas também da necessidade de manutenção das esferas de prestígio e influência. (p. 3.042)

Em tais circunstâncias, o processo de avaliação das revistas se tornou ainda mais rígido, e o Autor, quando chamado por periódicos para emitir parecer, recebeu orientações para analisar a submissão na voltagem máxima do rigor acadêmico. Publicar um artigo, em que pese fazê-lo, submetê-lo e aguardar, às vezes, meses pelo resultado (quando não negativo), enseja conotações mais de um páreo do que de uma discussão para o progresso da ciência.

O mais atordoante é que os pares, uma vez pareceristas, revelam-se não só juízes preconceituosos como verdugos anacrônicos, como no caso divulgado pela imprensa geral, para além das lindes acadêmicas, da Professora Doutora

Maria Carlotto, docente da UFABC, cujo projeto de pesquisa para obtenção de bolsa produtividade recebeu parecer que a negava porque a pesquisadora e docente não cumprira estágio de pesquisa no exterior em virtude das gestações que “prejudicaram” a sua carreira (Valim, 2023, p. A3). Aliás, dois textos recentes — um de Patrícia Valim (2023), “Até quando as pesquisadoras-mães serão desrespeitadas?”; e outro, de Reinaldo José Lopes (2024), “Mais espaço para mulheres na ciência” — problematizam a desigualdade estrutural na hora de se avaliar a produtividade de mulheres e mães. Questão fora do escopo deste texto, mas que o Autor aproveita para lembrar, posto que a sua gravidade exige urgente resolução, e que bem poderia, futuramente, ser abordada pela retextualização dessa mesma obra de Saramago. Até porque nela os capítulos mais aterrorizantes são aqueles em que os cegos de nascimento perpetraram estupros, sodomias, espancamentos etc. nas mulheres cegas pela epidemia branca, vítimas de longa tipologia de perversão. Se as mulheres já eram (e são) hostilizadas, preteridas de forma injusta, e por vezes criminosas, nas mais variadas instâncias sociais, na trama de *Ensaio sobre a cegueira* a dignidade feminina é totalmente soterrada.

Castiel e Sanz-Valero (2007) vão adiante, examinando a produção acadêmica como mercadoria e seus autores como profissionais que buscam a distinção:

É cabível encarar um artigo científico sob a ótica sociológica da dinâmica das comunidades científicas — como resultado de uma linha de investigação que ao lado de sua produção científica também gera capitais simbólicos. Dando prosseguimento a este argumento, um artigo pode assumir determinados traços como se fossem mercadorias que estarão disponibilizadas em revistas científicas. (p. 3.044)

As revistas científicas se tornam, portanto, prateleiras onde os artigos — as mercadorias que os estudiosos produzem para divulgar as suas pesquisas — são alocados e, claro, quanto melhor ranqueada essa vitrine, maior é a pontuação obtida pelos pesquisadores. Isso também impacta a nota de seu programa de pós-graduação nas avaliações quadrienais da Capes e, em consequência, aumenta o volume de seu capital simbólico. E o que o acúmulo de capital simbólico significa especificamente no campo acadêmico? Burke (2023), em *Ignorância: Uma história global*, enfatiza que, nas ciências e nas artes, há um pequeno grupo que, por ter conhecimento — e, o Autor acrescenta, conhecimento que resulta, por justiça ou não, em mais capital simbólico —, mantém outro grupo, maior, na ignorância. Evidentemente, é notório e sabido: pesquisadores destacados são acionados com intensidade para a avaliação de artigos, tendo em mãos o poder de validação ou de veto, de conceder destaque a seus pares ou optar pela sua invisibilidade, de vê-los como semelhantes ou concorrentes (até como rivais).

O Autor cita o caso exemplar de um artigo seu, submetido primeiramente a uma revista, discutindo o consumo — tanto o de bens materiais quanto o consumo simbólico espalhado pela Comunicação — e o não consumo, a partir de um conto, uma obra literária, na qual um casal jovem, por conta da suspensão temporária de luz em sua casa, passa a consumir outros objetos e outras formações discursivas (em razão dos novos temas que surgem na escuridão das noites), deixando os costumeiros de lado. A revista reprovou o artigo, baseada em apenas um parecer, cujo texto afirmava que a proposta de se comparar uma narrativa literária, de vigoroso teor artístico, com o fenômeno do consumo contemporâneo no qual se opunham duas forças antagônicas (a compra/posse e a não compra/ausência do objeto) era plenamente válida, pois buscava e realizava um esforço de interdisciplinaridade extremamente original. No entanto, alegava que a falta de aproximação e incorporação de teóricos contemporâneos (estudiosos dessas questões) transformara o trabalho em uma longa digressão interpretativa do texto, com a ausência de pontos importantes.

No texto, o Autor se apoia em obras de Bauman (2004), Douglas e Isherwood (2006) e Rocha (1990), teóricos contemporâneos com relevantes estudos sobre o consumo, ao contrário do que foi apontado pelo avaliador. O romance de Saramago nos serve, novamente, de guia. Uma vez confinados em um prédio pelo governo, todos os que sofrem repentinamente da cegueira branca passam a ser dominados por cegos de nascimento, mais acostumados à falta de visão, com os seus demais sentidos dilatados para a sobrevivência nas trevas, quando, de fato, a história se torna aterrorizante — aqueles vão sendo violentados das mais infames maneiras por esses. Assim, o Autor deixa a questão para os Pareceristas refletirem: quem se arvora de mais conhecimento não acaba por (querer) encaixar os espaços de discussão, as mesas de debates, o ganho dos recursos, como afirma Burke (2023)?

Num trecho desse romance perturbador, um dos cegos de nascimento, em vias de liderar o comportamento de seus iguais em relação à violência direcionada às mulheres reclusas no prédio, dispara um tiro contra a protagonista, que desafia a ordem (ou melhor, a desordem) estabelecida, mas não a acerta, e ouve dela, em resposta, a seguinte sentença: “não me apanhaste, disse a mulher do médico, E tem cuidado, se te acabam as munições, há outros aí que também querem ser chefes” (Saramago, 1995, p. 188).

O mais grave, retomando o exemplo, é que, embora a revista mencionasse em suas regras a *double-blind peer review*, o nome do parecerista não foi apagado do documento encaminhado ao Autor, que, constrangido, ficou sabendo quem avaliou o seu texto.

O mesmo artigo foi submetido em outra revista, na mesma posição do ranking Qualis de periódicos, e aprovado (regularmente) por dois pareceristas anônimos; e os pareceres enviados pelo editor ao Autor apontavam diversas virtudes. No Parecer A, o trabalho apresentado deveria ser aceito por apresentar reflexão relevante sobre a centralidade do fenômeno do consumo no contexto contemporâneo. Ao propor uma discussão sobre o consumo a partir dos aprendizados da teoria literária e da análise do discurso francesa, tendo como objeto de análise justamente um conto, o artigo encontrava perspectiva inusitada, particular e pouco explorada, que se revelava extremamente rentável na sua proposta mais reflexiva. A própria ideia do “não consumo”, advinda das teorias ligadas à análise do discurso, era interessante e pouco usual, mas também pertinente para se pensar o papel do consumo nas dinâmicas sociais e culturais da contemporaneidade. No Parecer B, embora se pudesse compreender a temática como atemporal, dada a articulação entre a literatura ficcional, os discursos publicitários e os hábitos de consumo, o texto se mostrava atual e relevante. Havia clareza na apresentação dos objetivos, relacionados à epistemologia do consumo — e do não consumo — e em sua leitura à luz de um conto literário. Para a proposta textual de compreensão do consumo (e não consumo) por meio da literatura, o uso da teoria literária e da Análise do Discurso se mostraram adequados e suficientes. O embasamento teórico dialogava inteiramente com a estrutura textual, e dava consistência às reflexões trazidas no artigo. Metodologicamente, o trabalho realizava revisão bibliográfica (acadêmico-científica e literária) e as colocava em conversação harmoniosa. O viés poético da escrita remetia a resultados e reflexões subjetivas, ainda assim, pertinentes e inteligíveis. O fechamento era comedido, mas apropriado à proposta da construção textual. Para além do convite à agradável e fluida leitura, a pesquisa revelava-se relevante e contribuía com o campo ao evidenciar a possibilidade de uso de obras literárias em articulação com discursos publicitários e para compreensão de práticas, hábitos e comportamentos de consumo. O texto, bem redigido, estava estruturado de modo didático, inclusive para públicos mais amplos, uma vez que adotava o viés não excessivamente academicista.

Um segundo exemplo o Autor partilha com os seus Pareceristas (e, quem sabe, com os futuros Leitores deste artigo). Enviou a uma das mais importantes revistas do campo um artigo, no qual explorou, como no presente texto, uma obra literária — um conto em formato de carta, extraído da obra de uma escritora norte-americana, no qual ela faz a crítica às informações, verbais e visuais, inseridas na embalagem de uma mercadoria —, com o intuito de discutir as artimanhas retóricas da publicidade em rótulos de produtos alimentícios. O primeiro parecerista, para reprovar a submissão, argumentou que o artigo

não tratava o próprio livro como mercadoria, pois, além de materializar o texto literário, certamente participava do mercado editorial (o livro utilizado pelo artigo foi lançado no Brasil pela Companhia das Letras). Não entendeu, embora estivesse explícito, o método de retextualização assumido pelo Autor, que esclareceu, de partida, o objetivo de seu estudo. A propósito, num trecho do *Ensaio sobre a cegueira*, os confinados, em quarentena, aguardam a comida que lhes era entregue em certo horário e os mais famintos, ao perceberem que começara a chover, desatam a chorar. O narrador comenta:

Alguns destes cegos não o são apenas dos olhos, também o são do entendimento, nem de outro modo se explicaria o raciocínio tortuoso que os levou a concluir que a desejada comida, estando a chover, não viria. Não houve maneiras de convencê-los de que a premissa estava errada e que, portanto, errada tinha de estar também a conclusão. (Saramago, 1995, p. 213)

O segundo avaliador aprovou o artigo e, em seu longo e exemplar parecer, notou inclusive (o Autor deixara expressamente claro) que o texto era gomo de um estudo maior, caleidoscópico, constatando que, em relação ao grau de contribuição científica, tratava-se de reflexão pontual, mas em diálogo com pesquisas anteriores do mesmo autor, conforme a referência a três pesquisas anteriores. Coisa não notada, em que pese a sua repetição, pelo terceiro avaliador, chamado para o desempate; este declarou que o texto não era resultado de uma pesquisa; pelo contrário, assemelhava-se a um ensaio livre. O Autor procedeu à submissão em outra revista, que o publicou depois de pareceres objetivos (num deles, o revisor solicitava ajustes, então contemplados). Mas nem por isso, e a pauta fica para outro momento, Ele pode afirmar que pareceristas, mesmo tendo aprovado os seus textos, não sejam cegos do entendimento.

Um terceiro exemplo, dessa vez envolvendo o Autor e uma pesquisadora de seu Programa de Pós-Graduação em Comunicação, com quem Ele produziu um artigo em coautoria (e com quem invariavelmente dialoga sobre a qualidade de pareceres), sinaliza para outro ponto fundamental a fim que os autores, mesmo diante de submissões reprovadas, aprimorem os seus textos — não mais a generalização, mas a falta de explicitação. Ou seja, enfatizada pelo parecerista uma fragilidade, que não fique só na menção, que a comprove (é o esperado pelo método científico) nos dizeres do texto. Ele e a pesquisadora discutiam no artigo, a partir de uma obra clássica de ficção científica, cuja ação se passava décadas à frente do nosso momento histórico, aspectos temporais explorados pela publicidade (especialmente nas narrativas que se desenvolviam no passado, mas visavam a um movimento futuro do consumidor em relação aos bens). Já

no início de um dos pareceres, que lhes vetaram o texto, dizia-se que o trabalho tratava de tema importante no campo da comunicação: os discursos ao redor das campanhas publicitárias, tomando como ponto de partida um conhecido livro de ficção científica por ocasião do centenário de nascimento de seu autor. Mas, apesar de a análise comparativa de campanhas publicitárias e do romance apresentar uma proposta interessante para tratar do tema, o artigo continha algumas lacunas formais que inviabilizam a sua publicação.

Pergunta do Autor e da pesquisadora, Coautora, aproveitando a contribuição do revisor com vistas a melhorar o texto e, em submissão posterior, noutra revista, ter mais chances de aprovação: quais eram as lacunas formais? Infelizmente, na sequência, o parecerista se voltava para outros tópicos da avaliação e o Autor e a pesquisadora seguiram na escuridão, sem saber quais as insuficiências a que ele se referia. No fim do parecer, o avaliador afirmava que não fazia sentido sustentar que a ficção e seus elementos constitutivos (narrador, personagens, tempo etc.) eram mobilizados pela demanda publicitária — quando Rocha (1990), Carrascoza (2012), Xavier (2015), Palacios e Terenzzo (2016), entre outros estudiosos da publicidade, já haviam provado justamente o contrário. E nem seria preciso — independentemente de ser especialista em publicidade, acadêmico, ou redator que roteiriza filmes publicitários, até mesmo o espectador comum não ignora que o Garoto Bombril e demais personagens de comerciais — cujo formato mimetiza histórias, ou seja, investe nos elementos da narrativa — são fictícios.

O segundo parecer também trazia a questão, já vista acima, de reprovar artigos com o pretexto de que estão fora da linha editorial do periódico ou que não são resultados ou partes de pesquisa. O parecerista afirmava que o texto era pouco aderente à temática e ao escopo da revista, de caráter mais analítico e metodológico, privilegiando artigos que eram resultados de pesquisas de maior fôlego e não apenas que enfatizavam um tema isolado de reflexões mais elaboradas.

Desnecessário frisar que o texto submetido tinha plena aderência ao escopo da revista em questão, o campo da Comunicação, e que, anos antes, a autora havia publicado artigo inaugural dessa mesma pesquisa, então já na etapa derradeira. Nesse sentido, o Autor esclarece a seus Pareceristas, pois aqui se faz o lugar adequado, embora pudesse tê-lo feito na “introdução”, que o presente Artigo está em consonância com o escopo e também o foco deste periódico:

destinado à publicação da produção científica cujo objeto de estudo é a comunicação. Acolhe trabalhos teóricos, experiências de análise e formulações conceituais sobre processos comunicativos, meios, mediações e emergências das interações na

sociedade contemporânea de informação generalizada. Objetiva publicar trabalhos maduros, inovadores, que busquem ampliar o estado da arte das temáticas estudadas e que, por isso, possam ter impacto no campo de conhecimento.

O Autor, em acréscimo, declara que o Artigo é um gomo de sua pesquisa maior. O que não o impede de sublinhar a existência e importância de expressivos artigos avulsos publicados, de notórios professores (então colaterais às suas pesquisas mais amplas), desafiados por temas urgentes ou embates epistemológicos, convidados a abordar obra de teóricos clássicos, obrigados a réplicas ou atendendo a chamadas de dossiês, entre outras legítimas motivações.

Por sorte, no seu processo de avaliações, os cegos de entendimento não estavam em ação. Vale ainda ponderar, entretanto, que toda pesquisa de grande monta, individual ou egressa de redes internacionais de pesquisadores, costuma ser divulgada justamente em artigos, seguindo as determinações produtivistas que regem oficialmente o campo acadêmico. Algumas, como as do Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva, coordenadas no Brasil por Maria Immacolata Vassallo de Lopes, são exceção, resultando em obras por inteiro, anuários, coletâneas volumosas — e a sua dimensão nunca foi prensada nos limites de um artigo, mesmo que na configuração usual, e aceitável no meio, de apresentar resumidamente, por meio dele, as suas premissas e os seus achados

O advento do Prêmio Jabuti Acadêmico, anunciado recentemente (Righetti, 2024), cujo edital contemplará livros, é uma iniciativa que pode trazer algum alento para os pesquisadores que desejam publicar as suas investigações em bloco coeso, de fôlego, capaz de demonstrar condignamente a envergadura de seu pensamento e o alcance de suas contribuições. Se um dos requisitos avaliativos de um trabalho acadêmico é a sua inclusão e impacto social (Capes, 2024) — e se não é divulgado em toda a sua plenitude e rigor, mas de maneira fatiada, transformado em literatura para iniciados (os demais estudiosos), um passo condicionante para que a sociedade o conheça é que chegue a ela. No ponto de virada do *Ensaio sobre a cegueira*, as pessoas recuperam a vista, o médico oftalmologista já em seu apartamento, junto à mulher e a outros que os seguiram, pergunta: “Que está a passar lá fora onde estavam?” Então, “no andar de baixo alguém saiu para o patamar aos gritos, Vejo, vejo, por este andar o sol vai nascer sobre uma cidade em festa” (Saramago, 1995, p. 309). Do mesmo modo, ao ver o conhecimento novo descer para a vida diária, por meio da divulgação científica, de publicações que a impactam, a sociedade em geral (e a comunidade científica) certamente estará em festa.

Noutro plano do tema em questão, associado ao processo de avaliação, agora de projetos de docentes para a sua permanência e continuidade de estudos em

seus programas de pós-graduação, o Autor traz o caso de seu atual projeto de pesquisa, então analisado por um pesquisador de fora de seu Programa de Pós-Graduação em Comunicação, cujo parecer sublinha essas prosaicas palavras: o projeto “demonstra lacunas muito sérias, sobretudo considerando a instituição que o abriga”. Como as lacunas não são explicitamente apontadas, o Autor se põe no lugar da protagonista do “ensaio”, perdida nas trevas do prédio em confinamento. Ela, em busca de claridade, de repente, ao tocar às apalpadelas umas prateleiras, derruba pequenas caixas:

O ruído que fizeram ao chocarem contra o solo, quase fez parar o coração da mulher do médico, São fósforos, pensou. Trémula de excitação, baixou-se, passeou as mãos sobre o chão, encontrou, este é um cheiro que não se confunde com nenhum outro, e o ruído dos pauzinhos quando agitamos a caixa, o deslizar da tampa, a aspereza da lixa exterior, onde o fósforo está, o raspar da cabeça do palito, enfim a deflagração da pequena chama, o espaço ao redor, uma difusa esfera luminosa como um astro através da névoa, meu Deus, a luz existe e eu tenho olhos para a ver, louvada seja a luz. (Saramago, 1995, p. 223)

Mas ao Autor, o parecerista não deixa, nas prateleiras das revisões injustas, mesmo que caído em alguma fresta difícil de se encontrar, um único palito de fósforo. É bem capaz, se o deixasse, que estivesse gorado pela sua subjetividade. Ao menos, o nome do avaliador foi coberto por tinta branca, ironicamente, como na epidemia do livro, com o toque mágico do corretivo Helios Carbox.

ENFIM, CHEGAMOS A UMA DECISÃO

O Autor termina aqui a sua reflexão, o que, de maneira símile, conecta o leitor ao e-mail que os pesquisadores recebem com o título “Decisão editorial” e, uma vez aberto, traz as inevitáveis palavras:

Nós chegamos a uma decisão referente a sua submissão (nome do artigo enviado);
Nossa decisão é de: Rejeitar a submissão conforme pareceres abaixo; ou
Nossa decisão é de: Aprovado para a publicação após as correções.

Essas linhas de abertura provocam, de imediato, satisfação ou descontentamento. Na sequência, a leitura dos pareceres, em caso de aprovação, ainda que existam pedidos de ajustes (às vezes pequenos, às vezes discutíveis, mas que deverão ser atendidos), o autor, incluindo aqui o Autor, haverá de comemorar o feito. Mas, quando o artigo é rejeitado, a indignação (justa ou não) entra em

cena, especialmente quando se revelam as idiossincrasias dos pareceristas, ou a perceptível pressa, indiferença ou condescendência com que redigiram os seus laudos. Pareceristas que, todos os atores do campo sabem, têm o seu tempo escasso e, entre as múltiplas funções acadêmicas (com o aditivo das burocráticas), também precisam fazer as suas pesquisas, “para pontuar” e seguirem engajados em seus programas de *stricto sensu*. E que são, igualmente, obrigados a fazer a submissão de artigos em periódicos acadêmicos — vivenciando o outro lado do jogo. O seguinte trecho do *Ensaio sobre a cegueira*, o diálogo entre a mulher do médico e ele, cabe bem ao propósito desse encerramento:

Por que foi que cegamos? Não sei, talvez um dia se chegue a razão. Queres que te diga o que penso? Diz! Penso que não cegamos, penso que estamos cegos. Cegos que veem. Cegos que, vendo, não vêem. (Saramago, 1995, p. 310)

Fundamental é, portanto, que o pesquisador, tanto na condição de autor quanto na de parecerista, saiba ver o outro, o seu par, como a ele mesmo. Semelhantes, a um só tempo navegantes e naufragos. E, não por acaso, o Autor, sem desejar ser prescritivo, fecha este texto com a epígrafe que Saramago (1995) abre o romance, advinda do *Livro dos conselhos*: “se podes olhar, vê. Se podes ver, repara” (p. 9). Aqui o verbo reparar não se limita a perceber o que foi visto, mas a consertar, recuperar, restaurar, se é que, antes, na noite dos tempos, o texto que é a própria humanidade (e, por extensão, o trabalho dos acadêmicos) demonstre, em sua origem, que pode ser corrigido e aprimorado, em contraposição ao breu branco persistente no sistema que governa a “cientificidade da ciência” (Targino, 2020).

Em convergência com a obra de Saramago, retextualizada aqui, que obriga o leitor a uma experiência imaginativa individual, os envolvidos no processo de avaliação por pares devemos (incluindo o Autor e seus Pareceristas) parar, fechar os olhos e *ver*. Um *ver* que, sobrepondo-se aos tempos sombrios que fazem da alta produtividade vetor para a permanência (ou, mais precisamente, a sobrevivência) dos pesquisadores em seus programas de pós-graduação, propõe o resgate da lucidez e do afeto. Um *ver* pelo qual o branco da epidemia de cegueira seja um anúncio de paz, não obstante o conhecimento avance mais veloz quando há divergências, dissensões e inconformismos, como o do Autor, menos inquieto com a hipocrisia da arena científica do que com o silêncio de seus pares.

No *Ensaio sobre a cegueira*, os cegos recuperam a visão. Na última página do romance, de volta a casa, a mulher do médico — única que presenciou todos os horrores vivenciados pelos personagens, assim como as ações comoventes

de solidariedade nos tempos penosos da diegese —, a certo momento, dirige-se até a janela da sala:

Olhou para baixo, para a rua coberta de lixo, para as pessoas que gritavam e cantavam. Depois levantou a cabeça para o céu e viu-o todo branco, Chegou a minha vez, pensou. O medo súbito fê-la baixar os olhos. A cidade ainda ali estava. (Saramago, 1995, p. 310)

O Autor chama a atenção para o advérbio “ainda”. Os pesquisadores, por vezes também na condição de editores e pareceristas, ainda estamos aqui, fazendo ciência. Ainda podemos, como os escritores, rever e reparar a nossa humanidade. Sim, mas como?

Em palavras de outra de suas obras, Saramago afirma que é preciso ter “a clara consciência de que só vendo se vê, embora não se esqueça que mesmo para ver se requer aprendizagem” (Saramago, 2024, p. 223). Que aprendamos todos no campo da Comunicação, juntos, a ver! ■

REFERÊNCIAS

- Adam, B. (2018). Four meditations on time and future relations. *Time & Society*, 27(3), 384–388. <https://doi.org/10.1177/0961463X18789222>
- Andrade, D. A. F., Campos, F. F., Sousa, J. A. G., Vilas Boas, R. F., Sena, P. M. B., Carvalho Segundo, W. L. R., & Amaro, B. (2023). Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias. *ABEC Meeting*, 1-7.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Zahar.
- Bettetini, G. (1996). *La conversación audiovisual*. Cátedra.
- Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Burke, P. (2023). *Ignorância: Uma história global*. Vestígio.
- Carrascoza, J. A. (2012). *Razão e sensibilidade no texto publicitário*. Futura.
- Carrascoza, J. A. (2016). Suíte acadêmica – Apontamentos poéticos para elaboração de projetos de pesquisa em Comunicação. *MATRIZES*, 10(1), 57–65. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v10i1p57-65>
- Castiel, L. D., & Sanz-Valero, J. (2007). Entre fetichismo e sobrevivência: O artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Caderno de Saúde Pública*, 3041–3050. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200026>
- Douglas, M., & Isherwood, B. (2006). *O mundo dos bens*. Editora UFRJ.
- Durkheim, É. (2010). *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes.
- Grave, F. M., Boscarioli, C., & Vertuan, R. E. (2023). O uso de cartas na apresentação de pesquisa científica como possibilidade de insubordinar-se

- criativamente. *Revista Debates Insubmissos*, 6(6), 32–58. <https://doi.org/10.32359/debin2023.v6.n23.p32-58>
- Lopes, R. J. (2024, 4 de fevereiro). *Mais espaço para mulheres na ciência*. Folha de S.Paulo, p. B5.
- Palacios, F., & Terenzzo, M. (2016). *O guia completo do storytelling*. Alta Books.
- Righetti, S. (2024, 30 de janeiro). *Jabuti Acadêmico, 'filho' do Jabuti tradicional, reconhecerá obras de áreas científicas*. Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2024/01/jabuti-academico-filho-do-jabuti-tradicional-reconhecera-obras-de-areas-cientificas.shtml>
- Rocha, E. P. G. (1990). *Magia e capitalismo: Um estudo antropológico da publicidade* (2ª ed.). Brasiliense.
- Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2024). *Viagem a Portugal*. Companhia das Letras.
- Targino, M. G. (2000). Comunicação científica: Uma revisão de seus elementos básicos. *Informação & Sociedade*, 10 (2)1–28. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/326>
- Valim, P. (2023, 31 de dezembro). *Até quando as pesquisadoras-mães serão desrespeitadas?* Folha de S.Paulo, p. A3.
- Xavier, A. (2015). *Storytelling: Histórias que deixam marcas*. Best Business.

Artigo recebido em 5 de agosto de 2024 e aprovado em 13 de novembro de 2024.